

ESTATÍSTICA PROCESSUAL E RESUMO DAS ATIVIDADES PROMOVIDAS PELA PRESIDÊNCIA.

Apresento a Vossas Excelências um breve relato da estatística processual relativa ao primeiro semestre deste ano, bem como das atividades realizadas por esta Presidência:

No primeiro semestre de 2013, o TST recebeu 141.229 processos, número 16% a mais em relação ao 1º semestre de 2012.

Foram distribuídos 102.485 processos, verificando-se um aumento de 1,9% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Cada Ministro recebeu, em média, 5.283 processos.

Foram julgados 116.926 processos nesse primeiro semestre, o que representa 37,7% do total de processos a julgar. Cada Ministro julgou, em média, 4.686 processos.

A 5ª Turma do TST foi o órgão que mais julgou processos no primeiro semestre de 2013, no total de 17.665 processos.

No campo da Informática e do Processo Judicial Eletrônico, importantes conquistas foram alcançadas.

Relembrando, quando o Ministro Milton de Moura França assinou o Acordo de Cooperação Técnica n. 51 no ano de 2010, iniciamos um trabalho conjunto com o CNJ, o CJF e os TRFs da 1ª a 5ª Regiões. Desde então, o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho viveu seus momentos de nascimento, expansão e desenvolvimento, importantes fases na consolidação de uma ferramenta voltada à celeridade e efetividade da prestação jurisdicional.

Até o dia 6 de março do corrente ano, tínhamos pouco mais de 100.000 processos tramitando no sistema PJe-JT.

Atualmente, são quase 400 mil processos, o que representa uma média de mais de 2.500 processos novos todos os dias, incluindo sábados domingos e feriados.

Temos hoje 538 Varas do Trabalho com o sistema implantado. Saltaremos, ainda em 2013, para mais de 1000, o que representa uma projeção em muito superior a 1 milhão de processos tramitando pelo PJe-JT. São mais de 127 mil advogados cadastrados, 17 mil servidores e 2.700 magistrados de 1º e 2º graus.

Somos o maior ramo do Poder Judiciário em número de Varas, Tribunais, processos e usuários. Devemos ter, neste momento, a exata compreensão de nossa responsabilidade, voltando nossas atenções à segurança, estabilidade e desempenho do PJe-JT.

Neste início de gestão, **foram disponibilizadas apenas três novas versões.** Todas centradas na estabilização e segurança do sistema, com identificação e eliminação de mais de 300 problemas críticos que impediam o correto funcionamento do PJe-JT.

O resultado desse trabalho já é visível, e hoje já temos 22 Regionais com a última versão do PJe, quando antes tínhamos 5 versões distintas sendo executadas nos Regionais.

Dentre os principais pontos sobre os quais dedicamos nossa atenção, gostaríamos de destacar o forte investimento em segurança. E quando falamos em segurança, devemos compreender que esta área de atuação abrange não apenas a proteção do sistema contra eventuais ataques cibernéticos,

mas, principalmente, a certeza da integridade das informações que hoje são armazenadas virtualmente.

Tivemos grandes ganhos de desempenho. Buscamos trazer maior agilidade ao sistema, com a instituição de contínuos testes de segurança e de carga para que possamos dimensionar as reais capacidades do PJe-JT, seja em quantitativo de ações, em número de distribuições ou mesmo em acessos simultâneos. Um exemplo deste trabalho é notado no ganho comprovado de performance, quando reduzimos em mais de 200 vezes o tempo de resposta da consulta pública no PJe.

Para 2013, **foram projetadas apenas duas versões** que contemplam novas funcionalidades, sendo a primeira programada para o final do mês de julho.

Dentre as diversas funcionalidades que serão disponibilizadas, destacam-se integração com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal, a Central de Mandados, o Banco Nacional de Penhoras e a integração com o e-gestão.

Dessas, gostaríamos de destacar institucionalmente a integração do PJe-JT ao e-gestão. Esta importante funcionalidade, que permite o gerenciamento estatístico da Justiça do Trabalho, constitui fruto de um trabalho conjunto e alinhado da atual gestão, onde Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria Geral, irmanadas em um objetivo comum, alinharam uma frente de trabalho para a integração do Processo Judicial Eletrônico ao sistema único de gerenciamento administrativo do Poder Judiciário Trabalhista.

Peço vênias a Vossas Excelências para registrar o importante e valoroso trabalho que o Comitê Gestor do e-gestão, sob a coordenação do Ministro Corregedor Ives Gandra, desenvolveu

para que pudéssemos obter este importante avanço em uma solução que busca, sobretudo, subsidiar os gestores regionais e nacionais na administração do Poder Judiciário do Trabalho. Já está agendado, para a segunda semana do mês de julho, o primeiro encontro de capacitação em e-gestão para PJe, sendo que o sistema já está sendo executado em ambiente de homologação, inclusive com a consolidação dos dados no TST.

No âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho tem promovido a adequação da infraestrutura de tecnologia de informação às necessidades decorrentes da implantação do PJe-JT, destacando-se a descentralização de recursos necessários para a contratação da nova rede nacional, para a aquisição de equipamentos de armazenamento de dados, de ativos de rede, de soluções de segurança e para a atualização do parque de microinformática dos Tribunais.

Encaminhamos aos Tribunais Regionais do Trabalho o Guia de Implantação do PJe, um roteiro que foi consolidado a partir das boas práticas adotadas por diversos Tribunais Regionais, contendo mais de 300 ações necessárias ao sucesso das implantações e à garantia de que as instalações do novel sistema ocorram com a segurança e tranquilidade que um projeto dessa magnitude requer.

Registro ainda que, de forma pioneira, a interoperabilidade entre o sistema do Ministério Público do Trabalho e o PJe da Justiça do Trabalho já teve sua especificação concluída, estando agora em fase de desenvolvimento, com estreita observância do manual de interoperabilidade fixado pelo CNJ.

Celebramos convênio com o Conselho Federal da OAB, com a ABRAT e com a Escola Nacional dos Advogados (ENA) para possibilitar a capacitação dos advogados e abrir a possibilidade de sugerirem novas funcionalidades no PJe-JT.

A esse propósito, destaco a atuação da ENAMAT em um trabalho de fôlego voltado à capacitação de Desembargadores e Juizes do Trabalho, em um sistema de formação de formadores que multiplica habilidades e competências.

No âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, sob a coordenação do Ministro Alexandre Agra Belmonte e com o apoio do Ministro Augusto César, foi iniciada a nova formatação do PJe-JT.

Desta feita, buscando adequar o sistema ao fluxo processual desta casa, houve o levantamento dos requisitos funcionais próprios de uma Corte Superior, o mapeamento dos fluxos que compreendem a distribuição, Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria-Nacional, Gabinetes, Secretarias, Sessões, audiências, recursos internos e externos e arquivamentos. Tudo considerando o quantitativo de processos que aqui tramitam anualmente (cerca de 250 mil) e buscando a instituição de funcionalidades essenciais que garantam o incremento no desempenho da atividade jurisdicional.

Nos atuais sistemas do Tribunal Superior do Trabalho, foram implementadas mais de 300 correções e melhorias. Dentre elas destaca-se a nova versão do sistema de consulta de jurisprudência, fruto do valoroso trabalho da Comissão Permanente de Jurisprudência. Também foram entregues importantes funcionalidades à Vice-Presidência, necessárias à adaptação de temas e controvérsias de recursos extraordinários, com o aprimoramento da ferramenta de envio de processos ao STF.

Alicerçados nos encaminhamentos do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, coordenado pelo Ministro Alexandre Agra Belmonte, foram feitos investimentos em microinformática, atualização do parque de microcomputadores, aquisição e atualização do sistema de apoio à decisão (B.O.), dentre outros, investimentos estes que alcançaram a ordem de 10 milhões de reais.

Todas essas atividades estão hoje sendo tratadas a partir de panorama ampliado, qual seja, o da humanização das mudanças decorrentes da chegada do Processo Judicial Eletrônico.

Para tanto, foi instituído o Projeto Nacional de Gestão de Mudança, que possui o escopo de definir a estrutura necessária à preparação das pessoas, recursos e espaços a este novo sistema produtivo, com vistas a minimizar os impactos das mudanças e impulsionar os resultados organizacionais.

A propósito, em prol da melhoria da qualidade de vida de Magistrados e servidores do TST, instituímos o Programa de Gerenciamento de Doenças Crônicas não Transmissíveis.

Firmamos, ainda, convênio com o Tribunal Superior Eleitoral destinado à instalação e funcionamento de berçário para atender a filhos de servidores de ambos os Tribunais com idades entre 6 e 18 meses, com previsão de início das atividades em janeiro próximo.

Em continuidade à iniciativa da Presidência anterior, selecionamos 50 servidores para participar do curso de Pós-Graduação em Direito Constitucional do Trabalho, promovido pelo TST em parceria com a Faculdade de Direito da UnB.

Em outras linhas de atuação, no início do mês de março fechamos o Plano de Ação para o Programa Trabalho Seguro. A partir de então, foram iniciadas as atividades que buscam dar efetividade a este importante programa da Justiça do Trabalho, tendo sido realizados eventos durante a semana de prevenção de acidentes do trabalho em 16 Tribunais Regionais do Trabalho.

O programa teve grande avanço na edição de atos dos Poderes Executivo e Legislativo, na inclusão de requisitos de segurança e saúde do trabalho em editais de licitação e contratos administrativos e no trabalho de conscientização das instituições e da população.

Imprescindível, ainda, destacar a participação desta Corte durante o período de 20 a 24 de maio de 2013, ocasião em que houve a concentração de julgamentos de recursos referentes à matéria de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Foram mais de 800 processos julgados sobre o tema durante a referida semana.

Como parte do Programa Adolescente Aprendiz, firmamos convênio com o Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador - CESAM, pelo qual 50 adolescentes atendidos por essa entidade prestarão serviços em várias unidades do Tribunal. Neste mês tive a satisfação de entregar pessoalmente as carteiras de trabalho dos primeiros 22 participantes do Programa. Dez por cento das 50 vagas serão destinadas a adolescentes em cumprimento ou que tenham cumprido medidas socioeducativas.

Em comemoração aos 70 anos da CLT, realizamos Sessão Solene, exposição de parte do acervo da Justiça que retrata os direitos trabalhistas, palestras, concurso cultural por meio da rede social TWITTER. Outros eventos serão

realizados até o final do ano tanto por esta Corte como pelos Regionais. Aproveitamos o momento para rendermos homenagens, em nome da Justiça do Trabalho, a dois ícones do Direito do Trabalho, o saudoso Ministro Arnaldo Sussekind e o extraordinário jurista e professor Amauri Mascaro Nascimento.

No campo da efetividade da execução trabalhista, por força das atividades que envolvem as comemorações dos 70 anos da CLT, designamos a semana nacional de execução para o período de 26 a 30 de agosto, sendo que os Tribunais Regionais do Trabalho já estão mobilizados para a realização de leilão nacional, com ênfase nos maiores devedores nacionais, regionais e locais.

São essas as informações que tenho a satisfação de compartilhar com Vossas Excelências. Tenho a convicção de que o que fizemos foi fruto de trabalho de equipe que se tornou possível apenas com o apoio de todos os colegas Ministros e em decorrência da administração compartilhada com os Ministros Barros Levenhagen, Vice-Presidente, e Ives Gandra, Corregedor Geral da Justiça do Trabalho.